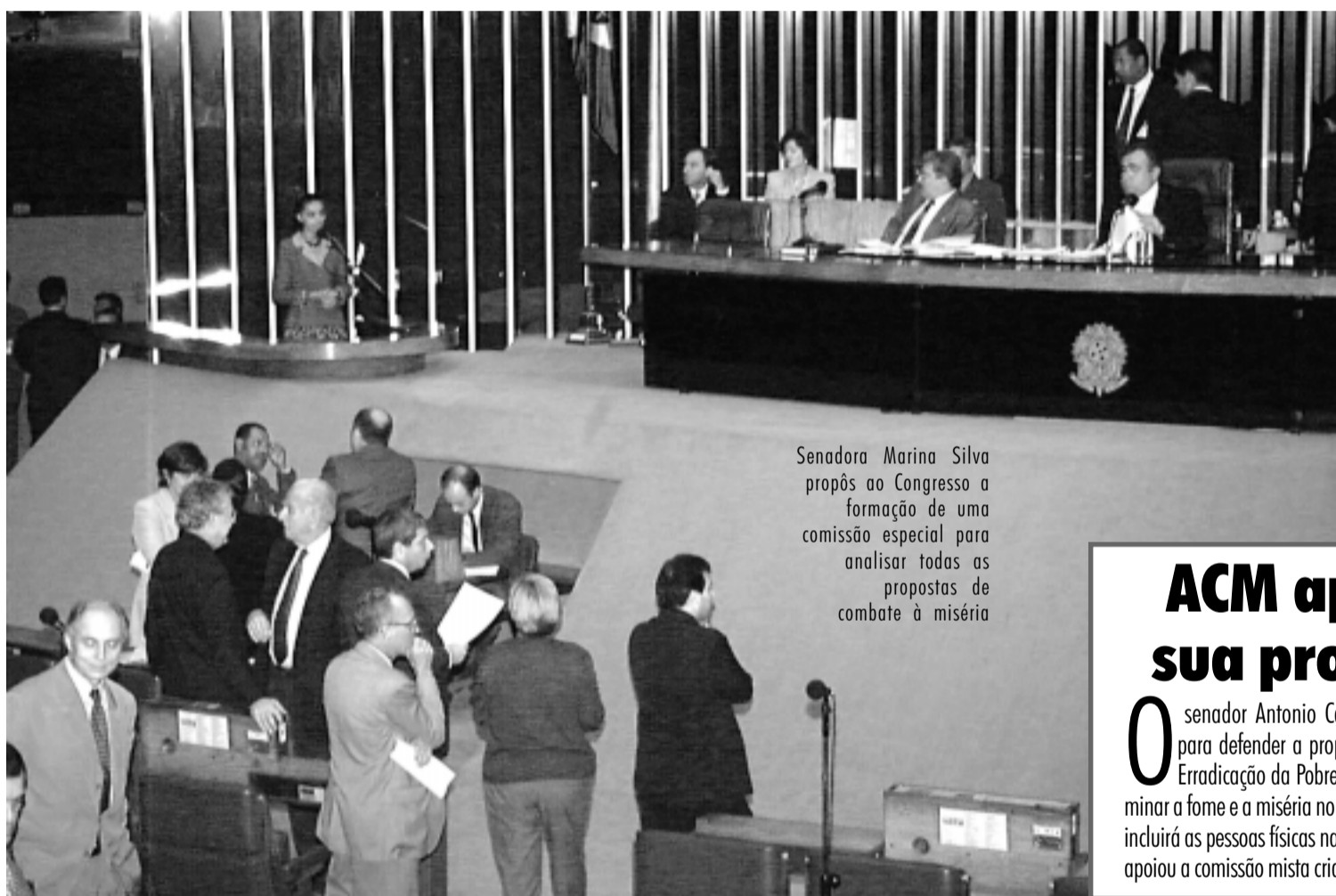


Congresso cria comissão para estudar projetos contra a fome

Senadores e deputados vão trabalhar durante noventa dias para analisar todas as propostas em tramitação que tratem da erradicação da pobreza ou que contenham idéias para diminuir as diferenças sociais e regionais do país



Senadora Marina Silva propôs ao Congresso a formação de uma comissão especial para analisar todas as propostas de combate à miséria

Uma comissão mista especial foi criada ontem pelo Congresso Nacional para analisar, no período de 90 dias, todas as propostas que tratem da erradicação da miséria, da marginalização e das desigualdades sociais e regionais. A comissão, criada por sugestão da senadora Marina Silva, contará com representantes de todos os partidos. Durante a discussão da matéria, foi lembrado o nome do sociólogo Betinho, precursor da luta contra a fome.

PÁGINA 3

ACM apresenta a sua proposta hoje

O senador Antonio Carlos Magalhães fará um discurso hoje para defender a proposta de criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. O projeto vai definir recursos para eliminar a fome e a miséria no país, mas, como antecipou o senador, não incluirá as pessoas físicas na relação de contribuintes para o fundo. Ele apoiou a comissão mista criada pelo Congresso para discutir o assunto.

Currículo escolar vai incluir direitos humanos

PÁGINA 4

Estados podem desembolsar menos para pagar dívida

PÁGINA 6

Advogados dizem que juiz é corrupto

Paulo Souto e Ramez Tebet ouvem os depoimentos dos quatro advogados



Quatro advogados de Goiânia prestaram depoimento ontem à CPI do Judiciário e reiteraram as denúncias feitas contra o juiz encarregado de presidir o processo de falência da construtora Encol. Segundo eles, o juiz Avenir Passo de Oliveira ignorou as leis, nomeou pessoas inabilitadas e passou a apresentar sinais de aumento de seu patrimônio pessoal. As denúncias deixaram os senadores impressionados.

PÁGINA 5

Plenário discute fiscalização do trabalho de estagiários

Substitutivo da senadora Emilia Fernandes a projeto de lei da Câmara será apreciado em sessão prevista para as 10 horas

O plenário do Senado discute hoje, às 10h, substitutivo da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) a projeto de lei da Câmara de autoria do deputado Paulo Paim (PT-RS), que torna obrigatória a fiscalização das empresas que utilizam o trabalho de estagiários.

A senadora propõe, para assegurar a obrigatoriedade de tal compromisso, que a alteração indicada no proje-

to seja efetuada na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e não na Lei nº 6.494, como está na proposta original. Emilia concorda que a "consecução dos reais objetivos do estágio curricular requer o compromisso mútuo da instituição de ensino e da empresa concedente do estágio de acompanhar o aluno nessa importante etapa de sua formação profissional".

Estão ainda incluídos na pauta discussão de requerimentos dos senadores Gilvam Borges (PMDB-AP) e Romero Jucá (PSDB-RR) solicitando que os projetos que versam sobre campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas sejam analisados também pelas comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania.

Pratini defende reforma tributária



Pratini de Moraes criticou "tributos em cascata" durante conversa com Antonio Carlos

O ministro da Agricultura, Pratinho de Moraes, visitou ontem o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, com quem trocou impressões a respeito da necessidade urgente de uma reforma tributária no país. O ministro apelou ao senador no sentido

de que o Congresso Nacional "debata e promova ainda este ano a reforma tributária

de que o Brasil tanto precisa".

Pratini de Moraes criticou os "tributos em cascata" e disse que "o atual sistema tributário brasileiro é anacrônico e não ajuda nem a produção e nem a exportação". Invocando sua condição de ex-parlamentar, o ministro lembrou que está "há apenas duas semanas no cargo e não poderia deixar de visitar os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, além de manter contatos com lideranças partidárias e velhos companheiros de Parlamento".

Antonio Carlos é Destaque de Marketing

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, foi escolhido Destaque de Marketing 99, em decisão unânime das empresas nacionais e estrangeiras que formam a Associação Brasileira de Marketing e Negócios. A notícia foi transmitida ao senador na manhã de ontem pelo presidente da entidade, Fernando Magalhães Portella. A solenidade de premiação foi agendada para o próximo dia 19 de novembro, no Hotel Intercontinental do Rio de Janeiro.

Integrada por 350 dos maiores grupos econômicos nacionais e estrangeiros do país, a associação tem 27 anos de existência e tradicionalmente escolhe os melhores *cases* de marketing registrados no Brasil, além de atribuir um reconhecimento especial a uma personalidade pública ou privada, pessoa física ou jurídica, que se tenha des-



Fernando Magalhães comunicou a escolha a Antonio Carlos

tacado nessa área. No período 98/99, o destaque foi o senador Antonio Carlos Magalhães, que entra em uma galeria onde já constam personalidades como Aírton Senna, Xuxa e o empresário Antonio Ernânio de Moraes, como informou Portella.

— A escolha do senador foi por consenso e apoiada em duas ações que lhe deram grande projeção de mídia ao longo desse período (98/99), que são a luta pelos direitos da cidadania e a defesa dos direitos do consumidor — explicou o presidente da entidade.

CPI dos Bancos decide hoje se reconvoça Everardo Maciel

A CPI do Sistema Financeiro se reúne hoje a portas fechadas, às 10h, para discutir como irá trabalhar neste mês e para votar requerimento do senador Jader Barbalho (PMDB-PA) propondo a reconvocação do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. O senador quer que o secretário apresente à CPI anteprojetos de lei destinados a reduzir a evasão fiscal e a fechar brechas legais usadas por empresas para não pagar impostos.

Jader Barbalho, presidente nacional do PMDB e líder do partido no Senado, acredita que os anteprojetos, se transformados em lei, renderão "muitos bilhões de reais", os quais poderão ser usados pelo governo para reduzir a miséria e a fome no país.

Ao depor à CPI no dia 20 de maio, o secretário da Receita surpreendeu ao informar que circulam no país R\$ 825 bilhões por ano sem pagar qualquer imposto e que, das 530 maiores empresas brasileiras, metade não pagou Imposto de Renda no ano passado. Além disso, Everardo Maciel revelou que, dos 60 maiores bancos que atuam no país, 42% não pagaram IR no ano passado.

Os senadores da CPI pediram então



Jader Barbalho pretende cobrar de Everardo Maciel propostas contra evasão fiscal

ao secretário da Receita que formulasse nove propostas de mudanças legislativas para evitar que tantas empresas fiquem sem pagar Imposto de Renda.

Ainda na reunião de hoje, os senadores da CPI decidirão os nomes dos banqueiros que ainda serão ouvidos sobre o Proer. Um dos objetivos da comissão de inquérito do Senado é saber por que o sistema financeiro nacional continuava tão frágil no primeiro trimestre deste ano depois de receber mais de R\$ 20 bilhões do Banco Central para sua reestruturação.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 5 DE AGOSTO DE 1999

PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 12/97, acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494/77, que dispõe sobre os estágios de estudantes, alterada pela Lei nº 8.859/94; *Requerimento nº 230/99, do senador Gilvam Borges, solicitando que sobre os PLSs 63, 97 e 159, de 1999, que versam sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas, além da comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; *Requerimento nº 231/99, do senador Gilvam Borges, solicitando que sobre os PLSs nºs 63, 97 e 159, de 1999, que versam sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas, além da comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos; e *Requerimento nº 232/99, do senador Romero Jucá, solicitando que sobre os PLSs nºs 63, 97 e 159, de 1999, que versam sobre as campanhas publicitárias das empresas fabricantes de cigarro e de bebidas alcoólicas, além da comissão constante do despacho inicial, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos

COMISSÕES

Quinta-feira

- ▶ 10h - CPI do Judiciário
Pauta: Tomada dos depoimentos do inspetor de Justiça do TJ (DF), Roberto Jorge Dino; e do advogado criminal do espólio de Washington L. Nominatto, Romel Pereira Correa. Sala 2 - Ala Senador Nilo Coelho
- ▶ 10h - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Reunião interna, eleição do vice-presidente e elaboração do Roteiro dos Trabalhos. Sala 3 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissão examina propostas contra pobreza

Senadores e deputados de todos os partidos recebem a missão de analisar em 90 dias projetos em tramitação nas duas casas legislativas. Sugestão partiu de Marina Silva e foi aprovada ontem à noite pelo Congresso

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite requerimento da senadora Marina Silva (PT-AC) para a criação de uma Comissão Mista Especial com o objetivo de, em 90 dias, analisar todas as propostas em tramitação no Senado e na Câmara dos Deputados que visem à erradicação da pobreza, da miséria, da marginalização e das desigualdades sociais e regionais.

A proposta inicial de Marina Silva previa que a Comissão Mista seria composta por 11 senadores e 11 deputados, mas um acordo de lideranças estabeleceu que todos os partidos deveriam estar representados na comissão e aumentaram o número de membros para 19 senadores e 19 deputados, respeitada a proporcionalidade dos partidos. Assim, cada partido terá no mínimo um representante na Comissão Mista Especial. Os partidos terão o prazo de 48 horas para indicar seus representantes.

Marina Silva destacou a importância da Comissão Mista Especial e homenageou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) e o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, pela luta contra a fome e a miséria. "Começar o segundo semestre do ano legislativo com tema tão significativo para a população brasileira é uma vitória daqueles que sempre lutaram contra a pobreza",

afirmou Marina.

O Congresso recebeu ainda mensagens presidenciais. A Mensagem nº 740/99 comunica ao Congresso que o presidente da República vetou parcialmente o Projeto de Lei da Câmara nº 29/96, que insere na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho.

A Mensagem nº 738/99 encaminhou o Projeto de Lei nº 11/99, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Ciência e Tecnologia, do Ministério dos Transportes e do Ministério do Meio Ambiente, crédito especial no valor global de R\$ 187,580 milhões. A Mensagem nº 739/99 encaminhou cópia do decreto de 30 de julho de 1999 que também abre crédito suplementar no valor de R\$ 4,080 milhões em favor da Presidência da República, para reforço de dotações consignadas no orçamento vigente.



O Congresso recebeu duas mensagens presidenciais. Uma veta parcialmente regras para o acesso da mulher ao mercado de trabalho. A outra trata de créditos para ministérios

Solução está nas mãos do Legislativo, alerta Suplicy

Ao encaminhar a votação do requerimento para criação da comissão especial para examinar medidas de combate à pobreza, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) fez questão de lembrar o "sempre presente compromisso do PT" com medidas para erradicar a pobreza e eliminar as desigualdades sociais, tal como está expresso na Constituição.

Para Suplicy, se o presidente do Senado quis agora dar ênfase ao problema, dizendo "ser impossível se aceitar tanta pobreza no Brasil", essa preocupação vem em boa hora. "A revelação de que sua proposta foi feita em nome de seu filho falecido, Luís Eduardo, nos enche de esperança. Acredito estar em nossas mãos obter uma vitória expressiva contra a miséria no país."

Suplicy fez um relato dos projetos que o PT já apresentou, em especial o programa de renda mínima, de autoria do próprio senador, que garante a cada família os meios necessários para uma sobrevivência digna. "Em 1996, votou-se um programa de renda mínima, mas em bases muito aquém das necessidades da população", enfatizou.

O senador por São Paulo afirmou que a comissão do Congresso reúne condições para assegurar que o Brasil deixe de ser campeão mundial de desigualdade social. "O interesse que suscitou em todos os partidos, resultando no aumento expressivo do número de seus integrantes, representa uma garantia de que seu funcionamento será sério e profícuo", concluiu Suplicy.

"Não podemos perder esta oportunidade", diz Maguito

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) considerou a fome e a miséria como "o maior problema do Brasil". Ele disse que o Congresso Nacional não pode perder a oportunidade de discutir e implantar um projeto que resolva o problema.

Em requerimento apresentado ontem — antes da decisão do Congresso (veja matéria acima) —, Maguito chegou a sugerir ao Senado a criação de uma comissão



Maguito Vilela considera fome e miséria o maior problema do Brasil

são temporária para discutir, analisar e comparar todos os projetos em andamento na Casa e que tenham como objetivo erradicar a fome e a miséria no país.

Para o senador, com a análise de todos os projetos, será possível formular uma proposta única, objetiva e factível. Como ex-governador de Goiás, Maguito implantou um programa de distribuição de cestas básicas em benefício da população carente.

Francelino Pereira defende programas de renda mínima

Ao lamentar o rebaixamento do Brasil em matéria de desenvolvimento humano de acordo com o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, divulgado recentemente, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse que para voltarmos à companhia dos países do Primeiro Mundo é preciso que o governo dê mais atenção ao processo de privatização, à reforma tributária, ao programa de renda mínima, à bolsa-escola e à redistribuição de renda, além de garantir prioridade à educação, à saúde e à criação de empregos.

Lembrando que o desenvolvimento humano de uma nação não pode ser medido levando-se em conta apenas sua dimensão econômica, Francelino Pereira alertou que o crescimento econômico não representa, "necessariamente", uma melhoria na qualidade de vida.

— Ou seja, o Brasil ficou mais rico, mas não conseguiu transformar essa riqueza em maior expectativa de vida e maior alfabetização para a população. Pela primeira vez, desde que o índice da ONU é calculado, o Brasil figura no Índice de Pobreza Humana, situado no 19º lugar entre os países mais pobres do mundo — lamentou.

Francelino disse que no discurso em que o presidente da República deu posse ao seu reformulado ministério ficou claro que chegou para o Brasil o momento de retomar o crescimento econômico de forma sustentada. Ele destacou que as alterações feitas na equipe ministerial e a nova distribuição de atribuições apontam nessa direção.

Para o senador, a tão sonhada redistribuição de renda, mencionada no discurso presidencial, não se fará sem uma política deliberada de superação das desigualdades regionais, lembrando que os bolsões de pobreza existentes no país, que se concentram no Nordeste e no entorno das grandes cidades, precisam ser eliminados.

— Iniciativas como o programa de renda mínima e a bolsa-escola precisam ser multiplicadas em todo o país — disse Francelino Pereira.



Francelino lamentou o rebaixamento do Brasil no social

ACM apresenta seu projeto hoje, em discurso no plenário

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apresenta em discurso no plenário, hoje pela manhã, sua proposta de criação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Ontem, Antonio Carlos apoiou a formação de comissão mista do Congresso para exame de todos os projetos sobre o mesmo tema, para conseguir acelerar a tramitação da matéria.

— Eu apoiei essa iniciativa da senadora Marina Silva, porque assim vamos ter uma solução em 90 dias. Findo esse prazo, votamos no Congresso. Vai ser mais rápido — informou.

Antonio Carlos esclareceu que não abre mão de apresentar sua proposta, mas garantiu que "ela não será empecilho para uma fusão com outras, resultando numa só que represente a vontade do Congresso".

— Vamos fazer uma grande coisa pela sociedade, sobretudo aquela parte que precisa do governo para ter alimentação, escola, saúde e habitação — disse.

O senador não vê motivo de choque entre o combate à pobreza e a intenção do governo de aprovar o ajuste fiscal e a reforma tributária:

— Nós vamos harmonizar os desejos do Planalto, mas quem delibera é o Congresso — observou.

O presidente do Senado preparou discurso de cerca de 20 laudas para defender o fundo perante o plenário da Casa, com algumas alterações em relação ao formato com que foi inicialmente divulgado, refletindo o acolhimento de sugestões. A mais importante é a eliminação das pessoas físicas do rol dos contribuintes do fundo.

A proposta de Antonio Carlos pretende conseguir recursos para a erradicação da pobreza remanejando a arrecadação de várias fontes já existentes, sem a criação de novos tributos. Outro objetivo importante é o de desburocratizar a atuação do fundo, utilizando o programa Comunidade Solidária para a alocação das verbas.

Requião apóia manifesto do PMDB contra o governo

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) leu em plenário ontem manifesto do PMDB do Paraná e de mais dez estados criticando o modelo econômico adotado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pregando o desligamento do partido da base de apoio do governo. O manifesto, batizado de "Carta de Londrina", nasceu do congresso do partido naquele estado, que contou com a presença de líderes de



Requião leu em plenário documento do PMDB de 11 estados

outras regiões como o ex-presidente Itamar Franco e o ex-presidente do PMDB, Paes de Andrade. O senador José Alencar (PMDB-MG) assinou a carta em plenário, depois do discurso de Requião.

O documento traz críticas ao governo, que seria o responsável pelo desemprego, a inadimplência, a quebra de empresas, o empobrecimento e a violência. "Não há freios para a destruição neolibere-

ral", diz a carta.

O exemplo mais significativo dos danos causados à economia nacional é a situação da indústria de autopeças, segundo o manifesto. "Um dos setores mais avançados da indústria nacional e já em franco processo de internacionalização, dele não restou pedra sobre pedra", afirma o documento.

A crítica é complementada com outro trecho em que os signatários procuram chamar a atenção para a tradição popular e nacionalista do partido: "Os nossos 'modernizantes' preferem subsidiar as empresas mais ricas do mundo, as montadoras de automóveis. Estão aí os R\$ 700 milhões com que o BNDES presenteia a Ford, mais os R\$ 180 milhões anuais de isenção de impostos para testemunhar até que ponto chegamos".

Empresa viabiliza caixa dois no Paraná, acusa o senador

A empresa que vem fazendo a fiscalização eletrônica no trânsito de Curitiba, com câmeras ocultas que permitem a emissão de multas por excesso de velocidade, "é ligada ao governador do Paraná e ao prefeito da capital", denunciou em plenário o senador Roberto Requião. Ele acredita que a empresa participa de um esquema para viabilizar "um caixa dois para as próximas eleições".

Depois de questionar "a privatização das multas de trânsito", Requião disse que existem placas entre o centro de Curitiba e o aeroporto com diferentes velocidades, o que confunde os motoristas e provoca multas. "É preciso ser piloto de rali para não ser apanhado pelas câmeras, verdadeiras armadilhas", criadas, na sua opinião, para

aumentar a arrecadação com multas.

O senador paranaense criticou ainda o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, por ter permitido a prorrogação do prazo, fixado por resolução do Senado em 30 de junho, para privatização do Banco do Estado do Paraná. Também baseado no parecer de um assessor, Armínio permitiu a prorrogação da data (30 de junho) para que o governo adquirisse do banco estadual títulos emitidos para pagamento de precatórios. Requião informou que parecer técnico da Assessoria do Senado garante ser nulo de pleno direito qualquer ato do Banco Central depois de vencido o prazo dado para a privatização do banco do estado.

Currículo escolar incluirá aulas de direitos humanos

Senado aprova projeto da Câmara que institui política nacional relativa à matéria nas escolas de ensino médio e fundamental

O plenário do Senado Federal aprovou ontem substitutivo da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que dispõe sobre educação em direitos humanos e institui a política nacional relativa à matéria para o ensino fundamental e médio. Com isso, outro projeto da Câmara, que alterava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, com o mesmo objetivo, ficou prejudicado e não foi votado. De acordo com a senadora, os direitos huma-



Emilia Fernandes apresentou substitutivo acolhido pelo Senado

nos passam a integrar os parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental, médio e superior, na qualidade de "temas transversais". Como o projeto foi aprovado com alteração, voltará à Câmara.

— Estas constituem questões sociais de relevância que perpassam os diferentes campos do conhecimento e são passíveis de abordagem e integração, de uma forma ou outra, nas áreas convencionais dos currículos. A matéria é importante para vivermos a democra-

cia e a paz com respeito e dignidade pelos seres humanos — explicou Emilia.

O Senado aprovou ainda dois projetos de decreto legislativo relativos a acordos internacionais. Um deles aprova o texto do Acordo-Quadro sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre o Brasil e a França. O outro aprova os textos do Protocolo II e do Protocolo Adicional IV, referente a minas, armadilhas e armas cegantes a laser à Convenção sobre Proibições ou Restrições ao emprego de Certas Armas Convencionais que podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados.

Amorim acusa Carvalho de desrespeitar diretrizes de FHC

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse ontem que o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Clóvis Carvalho, está desrespeitando as diretrizes do governo, expostas na recente reforma ministerial. De acordo com o senador, ao reformular as atribuições dos ministérios, o presidente Fernando Henrique Cardoso passou para o Ministério da Agricultura, comandado pelo ministro Pratini de Moraes, a responsabilidade das questões ligadas ao café, ao açúcar e ao álcool.

— Esta diretriz de governo está sendo desafiada pelo ministro Clóvis Carvalho, que acolhe resistências de setores burocráticos. Ao que parece, o ministro quer implantar o mesmo ritmo do "delegar quase parando", com o qual tratava questões relacionadas às reformas na Casa Civil — criticou o senador.

No entanto, Ernandes Amorim elogiou a reestruturação da administração federal, principalmente a criação

do Ministério da Integração Nacional, que terá a prerrogativa de estabelecer as diretrizes e prioridades de aplicação dos recursos dos fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

— Esta é uma iniciativa que apoiamos. O Brasil precisa de políticas diferenciadas para suas diferentes regiões, e em alguns casos, de agências especiais para conduzir a implantação destas políticas — ressaltou.

RENDA MÍNIMA

Ao final de seu pronunciamento, o senador por Rondônia comentou a adoção de programas de renda mínima no país. Apesar de concordar com a medida como uma das formas de erradicar a pobreza, Amorim disse que a única solução para o problema reside na geração de empregos. O senador desconfia da capacidade do país para patrocinar programas deste tipo, "uma vez que faltam recursos até mesmo para o paga-

mento de aposentadorias".

Autor de projeto de lei que regulamentará os programas de garantia de renda mínima, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) explicou que a ideia é complementar os rendimentos de pessoas que não alcancem um patamar mínimo de aproximadamente R\$ 300.

— Uma pessoa que tem renda zero, por estar desempregada, teria direito a 30% da diferença entre os R\$ 300,00 e a sua renda, o que daria R\$ 90,00. Já o indivíduo que ganhe R\$ 150,00, pelo mesmo cálculo, teria direito a R\$ 75,00, perfazendo uma renda final de R\$ 225,00. A ideia é garantir uma renda mínima e criar estímulos para que as pessoas estejam empregadas e ganhem mais — salientou.



Amorim apoiou a criação do Ministério da Integração Nacional

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 1999

1

Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1999 (nº 3.844/97, na Casa de origem). Dispõe sobre educação em direitos humanos e institui a política nacional de educação em direitos humanos para o ensino fundamental e médio. Resultado: Aprovada, em turno único, a Emenda nº 1-CE (substitutivo). A matéria vai à CD, a fim de redigir o vencido, para o turno suplementar.

2

Projeto de Lei da Câmara nº 49, de 1997 (nº 2.369/96, na Casa de origem). Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), para incluir a temática Direitos Humanos no currículo do ensino fundamental e médio. Resultado: Prejudicado em virtude da aprovação do item anterior.

3

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 1999 (nº 767/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o texto do Acordo-Quadro sobre a Cooperação na Pesquisa e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Francesa, em Paris, em 27 de novembro de 1997. Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 1999 (nº 3/99, na Câmara dos Deputados). Aprova os textos do Protocolo II, emendado em 3 de maio de 1996, referente a minas, armadilhas e outros artefatos, do Protocolo Adicional IV, relativo a armas cegantes a laser e da Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados, conhecida como Convenção sobre Certas Armas Convencionais. Resultado: Aprovado. À promulgação.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Pontes quer disciplinar treinamento de professores

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) apresentará projeto de lei para aperfeiçoar o funcionamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), obrigando as prefeituras a contratar com instituições de nível superior os cursos de capacitação e treinamento de professores leigos.

Segundo Pontes, estão surgindo denúncias de mau gerenciamento dos recursos por centenas de administradores de cidades brasileiras, que podem colocar em risco os benefícios desse projeto educacional. "O que chama

mesmo atenção é o volume financeiro destinado ao pagamento dos cursos de treinamento de professores leigos, além de acusações de esses cursos serem ministrados por empresas pouco capacitadas para esse fim", disse.

O senador pelo Ceará admite que sua proposta pode esbarrar no número insuficiente de mestres para dar aulas a professores leigos. "Nesse caso, proponho a contratação de estudantes dos cursos universitários, no quinto ou sexto semestre, para ministrarem essas aulas de treinamento dos professores da rede municipal de ensino. Eles po-



Luiz Pontes teme que recursos estejam sendo mal gerenciados

deriam até receber uma remuneração, em sistema de bolsa, através de convênios entre universidades, prefeituras e o próprio Fundef", explicou.

Pontes afirmou ser "obrigatória" a indicação de representantes do Tribunal de Contas, Secretaria de Educação do estado, Ministério Público Estadual e Secretaria Municipal de Educação para acompanhamento desses cursos.



Sinais de enriquecimento foram o alerta

As primeiras denúncias contra o juiz Avenir Passo de Oliveira, titular da Vara de Falências e Concordatas de Goiânia desde 1995, foram feitas há um ano. O autor das denúncias, advogado Waldomiro Azevedo, disse ontem à CPI que o juiz passou a apresentar sinais exteriores de riqueza.

Azevedo relatou que depois de Avenir ter assumido o cargo, o número de falências aumentou, verificando-se inclusive a prisão de empresários. Porém, continuou o depoente, o juiz deixou a austeridade inicial de lado e agiu "de maneira inexplicável" ao permitir a transferência da sede da Encol para Goiânia e ao conceder concordata à empresa:

— O juiz ignorou a lei falencial que determina que o comissário e o síndico da concordata devem ser escolhidos entre os dois maiores credores da empresa, desde que sejam pessoas de reputação ilibada — afirmou o advogado, que encaminhou as denúncias à Corregedoria Geral de Justiça e ao Ministério Público de Goiás.

Nesse sentido, Azevedo, que atua junto àquela Vara, acredita que as nomeações do advogado Micael Heber Mateus e de Habib Tamer Badião para atuarem como síndicos em diversos processos de falência, como o da Encol, não atendem aos requisitos legais. Segundo o advogado Paulo Vianna, Habib não era credor da Encol e não tinha a idoneidade necessária, pois existem processos criminais e na Ordem dos Advogados do Brasil contra ele:

— Ele não tinha predicados, a não ser o fato de ser amigo do juiz — disse o advogado, que estendeu a acusação ao atual síndico, Roldão Casemiro.

O depoente narrou ainda que o juiz promoveu um bingo para arrecadar recursos para a Academia Goiana de Direito, da qual é vice-presidente, sem observar os ditames da Lei Pelé. Os ingressos para o evento, disse, foram vendidos por R\$ 1 mil e os compradores eram, em sua maioria, advogados e empresários envolvidos em ações correndo na Vara de Falências. Azevedo listou ainda irregularidades na doação e nos procedimentos do bingo.

Segundo Azevedo, o juiz, que em 1984 declarava ser proprietário de um carro e um sítio em Goiânia, hoje tem uma mansão e um prédio comercial em Goiânia, além de um condomínio em Trindade (GO). Em função das denúncias que fez, o advogado está respondendo a uma ação penal movida pelo juiz por calúnia.



Os advogados relataram indícios de que juiz teria enriquecido graças a processo de falência da construtora

Advogados acusam juiz de corrupção no caso Encol

Em depoimento na CPI, eles dizem que patrimônio da empresa sumiu e estoque de apartamentos é transferido para outras construtoras

Maiores falências da história do Brasil, o caso da construtora Encol chega agora à CPI do Judiciário. Ontem, quatro advogados de Goiânia apresentaram aos senadores da comissão uma denúncia de irregularidades envolvendo o juiz Avenir Passo de Oliveira, titular da Vara de Falências e Concordatas de Goiânia, principalmente na condução da falência da construtora:

— A Constituição da República e papel higiênico, para o juiz Avenir, são a mesma coisa. O juiz é corrupto e estelionatário e tenho provas e embasamento disso — afirmou o advogado Paulo

Vianna, um dos depoentes do dia.

Depois de aceitar transferir a sede da empresa para Goiânia e o pedido de concordata, segundo os depoentes, o juiz teria nomeado pessoas que não estariam credenciadas, pela Lei de Falências, a participar da concordata, permitindo que o patrimônio da empresa fosse mal administrado e desviado.

Segundo Vianna, o juiz desprezou o resultado do exercício futuro da Encol, que, em agosto de 1997, somaria R\$ 2,3 bilhões. Na sua avaliação, a solução para a construtora poderia ser encontrada em três ou quatro meses, caso

o processo tivesse caído nas mãos de "um juiz honesto".

Dessa forma, o advogado acusa que o patrimônio da Encol está sumindo e que o estoque de apartamentos da construtora está sendo desprezado e repassado a outras construtoras:

— Esse é o melhor negócio que tem no Brasil hoje — disse o advogado, referindo-se à obtenção de alvarás para retomada de obras inacabadas da construtora que, em muitos casos, seria vinculada ao compromisso de execução dos serviços com empresa indicada pelo juiz.

Denunciantes se dizem perseguidos

Os advogados dizem estar sendo alvo de perseguições e até mesmo ameaças de morte. Além de não ter recebido os honorários devidos por sua participação na concordata da construtora Encol, o advogado Sérgio Mello declarou à CPI do Judiciário ter sido alvo de um atentado no último dia 30, quando cinco tiros foram disparados contra ele.

Como o dono da Encol, Pedro Pau-

lo de Souza, Mello e seus colegas Paulo Vianna e Neiron Cruvinel tiveram os bens seqüestrados e colocados em disponibilidade e estão proibidos de deixar o país por força de determinação do magistrado goiano.

Vianna disse aos senadores da comissão que os advogados já recorreram da decisão e que entraram com um pedido de suspeição do juiz

Avenir junto à Corregedoria Geral da Justiça de Goiás. Segundo ele, no despacho, não há qualquer acusação contra os advogados, pesando contra eles apenas o fato de terem contrariado os interesses do juiz. O juiz alegou apenas tomar a decisão com base em informações veiculadas na imprensa de que os advogados estariam envolvidos no desvio de recursos da Encol.

Senadores vêem "jogo de interesses"

Os senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Ramez Tebet (PMDB-MS) acreditam que o juiz Avenir Passo de Oliveira pode ter, em um primeiro momento, beneficiado a construtora Encol, mas, mais tarde, acabou prejudicando a empresa, o que motivou a denúncia dos advogados à CPI:

— Há um jogo de interesses onde quem sai prejudicado são os mutuários da Encol. Estamos sentindo

que ora o juiz servia aos interesses da empresa, ora não servia mais. Muita coisa está vindo para cá movida por interesses que estão sendo contrariados — interpretou Tebet.

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE), vice-presidente da CPI, disse que os fatos narrados nos depoimentos de hoje foram mais graves do que esperava. Ele sugeriu reunião administrativa da CPI para discutir o assunto. Na sua avaliação, o juiz deve estar

preocupado em dar esclarecimentos e defender-se das acusações feitas pelos advogados goianos.

Em reunião hoje, a partir das 10h, a CPI ouvirá depoimentos de Roberto Jorge Dino, inspetor do Tribunal de Justiça do DF, e Romel Pereira Correa, advogado criminal do espólio de Washington Nominatto, pai do menor Luís Gustavo Nominatto, cuja herança teria sido dilapidada no curso do processo de inventário.

Saenco terá que informar se ajudou Incal

A Comissão Parlamentar de Inquérito do Judiciário aprovou ontem requerimentos de informação destinados a averiguar as relações entre as empresas do Grupo OK, pertencente ao senador Luiz Estevão (PMDB-DF), e as do Grupo Monteiro de Barros, principalmente a Incal. A CPI quer esclarecer se a empresa Saenco, do Grupo OK, concedeu algum tipo de financiamento, mesmo que informal, à Incal, do Grupo Monteiro de Barros, responsável pelas obras superfaturadas do Fórum Trabalhista de São Paulo:

— Se o requerimento feito ao empresário Fábio Monteiro de Barros não for respondido em uma semana, a maioria dos integrantes da CPI já está de acordo com a quebra de sigilo da Saenco — disse ontem o senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

O requerimento ao dono da Incal solicita a Monteiro de Barros cópia de todos os contratos relativos à compra da Fazenda Santa Terezinha (dividida em 12 áreas). Barros referiu-se a esse negócio em depoimento prestado à CPI no dia 30 de junho. Um outro requerimento solicita a Luiz Estevão cópias dos contratos relativos à compra da Fazenda Lagoão, localizada em Sandolândia (TO), operação citada pelo senador em depoimento à comissão na mesma data.

Estevão e Barros fizeram vários negócios, entre eles a alienação de fazendas e terrenos urbanos, empréstimos e obras de construção civil. Segundo Dutra, a CPI está tentando verificar se as transações entre o empresário e o senador se limitam ao que Estevão declarou à comissão ou se têm a ver com a construção da sede do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP):

— A Saenco foi a empresa que mais recebeu cheques da Incal. Queremos saber se houve recursos transitando em sentido contrário — da Saenco para a Incal — esclareceu Dutra.

A CPI aprovou mais três requerimentos. Ao Ministério Público Federal foi solicitada cópia do Inquérito Civil Público nº 04/99, por meio do qual se investigava as relações entre Estevão e Barros até ser interrompido por liminar do Supremo Tribunal Federal. A vinda das informações para a CPI vai significar a retomada das apurações, acredita Dutra.

Ao senador Luiz Estevão estão sendo requeridas informações sobre os empréstimos do Banco OK ao Grupo Monteiro de Barros. E ao Banco do Brasil, cópia do cartão de assinaturas da conta da Incal que recebia verbas públicas para construir o prédio do TRT. A CPI também decidiu pedir ao Banco Central cópia dos cheques administrativos (já de conhecimento da CPI) adquiridos pelas empresas do Grupo Monteiro de Barros.

Estados poderão gastar menos com serviço da dívida

Substitutivo aprovado pela CCJ reduz de 13% para 5% o limite de comprometimento da receita líquida

Poderá cair para 5% o limite máximo de comprometimento da receita líquida real para atendimento às obrigações correspondentes ao serviço da dívida dos estados, que hoje é de 13%. A medida está prevista em substitutivo do senador Roberto Requião (PMDB-PR) a projeto do senador José Alencar (PMDB-MG) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O substitutivo convalida os atos praticados com base nas resoluções do Senado sobre operações de crédito para reestruturação e ajuste fiscal dos estados, redução da sua presença na atividade bancária e privatização dos bancos estaduais.

Conforme a proposta, os juros serão calculados e debitados mensalmente, sendo de 6% ao ano sobre o saldo devedor atualizado. O Senado, segundo o substitutivo, deverá ser informado a cada três meses, pela União e pelos estados, sobre o desempenho no cumprimento das metas e compromissos assumidos.

Requião ampliou a abrangência do projeto de Alencar, que objetivava apenas convalidar os atos praticados com base nas autorizações concedidas pelas resoluções nºs 44 e 45, ambas de 1998, que dispõem sobre refinanciamento de dívidas e



O texto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania será agora encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos

contrato de abertura de crédito para Minas Gerais.

O relator entendeu que seria melhor estender a regra a todos os estados que firmaram contratos semelhantes com a União e estão enfrentando dificuldades para cumprir acordos e exigências devido a problemas financeiros. O senador citou os estados de Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, São Paulo e Mato Grosso, que tiveram contratos semelhantes com a União.

A decisão de apresentar o projeto, segundo justificou José Alencar, surgiu porque Minas não está conseguindo cumprir as cláusulas estabelecidas pelas resoluções do Senado. Ele estimou que a redução do limite máximo de 13% para 5% da receita líquida real para o pagamento do

serviço da dívida significará para a União um sacrifício adicional, para atender a todos os estados da Federação, de R\$ 4 bilhões ao ano. "Isto representa pouco mais de duas vezes o que o governo gastou para socorrer os bancos Marka e FonteCindam para evitar um risco sistêmico que não existia", comparou.

Roberto Requião observou que cabe ao Senado acabar com essa irregularidade. "A omissão seria a pior e a mais grave das alternativas, pois implicaria concordar com que uma situação jurídica eivada de nulidade continuasse a produzir efeitos", afirmou. A convalidação dos atos já praticados, com o estabelecimento de novas obrigações nos contratos, segundo Requião, é a alternativa mais viável e "um mal menor".

ca, muitas vezes contrário à vontade dos liderados.

Ramez Tebet, que teve o seu parecer derrotado, argumenta que o dispositivo atual de verificação de *quorum* tem por objetivo evitar constantes manobras protelatórias visando à interrupção do andamento das votações, ou até mesmo à obstrução da pauta dos trabalhos.

Na mesma reunião, o senador Bernardo Cabral pediu vistas do projeto, de autoria do deputado Ubiratan Aguiar, que disciplina a gestão democrática nos estabelecimentos públicos de ensino nos níveis fundamental e médio, dando maior autonomia às escolas nas áreas administrativa e pedagógica.

ciativa e rechaçado os argumentos do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que, como relator, havia preparado um parecer contrário ao projeto.

Para José Eduardo Dutra, o projeto tira os poderes dos líderes dos partidos e democratiza o processo de votação. Ele lembrou que, após a instalação do voto eletrônico em plenário, não se justifica mais o interstício de uma hora para pedido de verificação de *quorum*. "Isso é coisa do passado", afirmou.

Ademir Andrade argumenta que o critério temporal "favorece as manobras regimentais", como a apresentação de peças secundárias para dificultar a votação de projetos mais importantes, abrindo espaço para o voto de lideran-

para que as propostas sejam votadas, pelo menos por parte das lideranças dos partidos. Elas deveriam tomar uma decisão e aprovar ao menos as matérias que são do seu interesse. É constrangedor para nós integrantes da CCJ parecer que estamos participando de uma operação para empurrar a reforma com a barriga — comentou o senador.

Em seu apelo, Jefferson Péres pediu que o presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), se empenhe junto às lideranças dos partidos para que a reforma política seja discutida. Agripino informou que está conversando com os líderes e presidentes dos partidos para marcar uma reunião, quando seria definida uma agenda básica da reforma.

Comissão aprova piso salarial para médicos e cirurgiões-dentistas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem substitutivo do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) a projeto de lei da Câmara estabelecendo o piso salarial de R\$ 1.337,32 para médicos e cirurgiões-dentistas. Por ter sido modificada no Senado, a matéria voltará à Câmara dos Deputados.

Para o relator, apesar de "oportuno e constitucional", o piso fixado para as duas categorias profissionais "está longe de ser uma remuneração ideal, ainda que ela seja a possível para o momento, principalmente em função da condição de penúria da maioria das prefeituras brasileiras".

Com parecer favorável da senadora



Estevão apresentou substitutivo a projeto da Câmara

Marluce Pinto (PMDB-RR) e duas emendas do senador Geraldo Cândido (PT-RJ), a CAS também aprovou projeto da Câmara que regula o exercício da profissão de classificador de produtos vegetais. O projeto vai ser apreciado pelo plenário do Senado. Marluce destaca a exigência, para o exercício da profissão de classificador de produtos vegetais, de certificado de conclusão de cursos profissionais expedido pelo Ministério da Agricultura. A proposta estabelece, ainda, que o registro desses profissionais seja feito junto aos conselhos regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que deverão fiscalizar o exercício da profissão.

CAS ouvirá Pratini de Moraes sobre Plano Agrícola Nacional

O ministro da Agricultura, Pratin de Moraes, deverá comparecer à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) — segundo requerimento do senador Osmar Dias (PSDB-PR), presidente da comissão, aprovado ontem — para prestar esclarecimentos sobre o desempenho da agricultura frente à atual crise da economia nacional. Caberá ao ministro marcar a data de sua presença.

Osmar entende que a concentração fundiária — uma das características da agricultura brasileira — é um dos principais fatores que contribuem para que o Brasil seja um dos países com maior grau de desigualdade em termos de distribuição de renda.

O senador também pretende ouvir o ministro sobre o Plano Agrícola Nacional do governo e o estágio atual de sua execução; desemprego na área rural; políticas específicas para o médio produtor e para o agricultor familiar; e, principalmente, sobre as dívidas dos produ-

tores rurais.

— Gostaria de saber como o governo pretende sanar a situação do produtor, pois é público que a situação atual de inadimplência dos créditos rurais inviabiliza o aumento da produção nacional — disse ele.

O senador observou que o desempenho das políticas públicas voltadas ao enfrentamento dos problemas rurais "está muito aquém de equacionar as causas constatadas". Osmar Dias argumentou que o Poder Legislativo pode e tem como uma de suas atribuições constitucionais contribuir para a superação desses problemas.



Osmar Dias condenou a concentração fundiária no país

Combate à miséria será tema de audiência pública

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou na reunião de ontem requerimento de autoria da senadora Heloísa Helena (PT-AL) propondo a realização de audiência pública para subsidiar os debates em torno de projetos e propostas de combate à pobreza.

De acordo com Heloísa Helena, "a CAS tem o dever e o privilégio de dar uma contribuição especial nesse debate, pois a



Heloísa Helena apresentou requerimento

fome e a pobreza estão diretamente relacionadas com os temas e atribuições dessa comissão".

O presidente do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais, dom Mauro Morelli, e o pesquisador Ricardo Paes de Andrade, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), são alguns dos nomes sugeridos por Heloísa Helena para participar da audiência pública.

Jefferson pede empenho pela reforma política

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) fez um apelo para que os líderes dos partidos decidam votar as propostas que fazem parte da reforma política em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele registrou que a reunião marcada para a terça-feira, quando vários projetos estavam incluídos na pauta, foi adiada por falta de *quorum*.

— Parece não existir vontade política

Porto protesta contra acusações a diretor do BB

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) protestou ontem contra a "calúnia e difamação" de que estaria sendo vítima o diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, Ricardo Conceição, afastado do cargo por decisão judicial, sob acusação de ter usufruído "vantagens indevidas, a título de participação nos lucros do Banco".



Porto: "Quando ministro, pude atestar honestidade do diretor"

Segundo Porto, "o Brasil vive tempos de indefinição e insegurança mas não é possível tolerar a veiculação de notícias inverídicas, por parte da imprensa. A direção do Ban-

co do Brasil fez questão de divulgar nota para reverter a situação, afirmando serem as acusações falsas e totalmente equivocadas", garantiu.

O senador lembrou que nos dois anos em que foi ministro da Agricultura teve muitos assuntos a discutir com Ricardo Conceição. "Posso atestar sua honestidade em todas as ocasiões. Por isso, faço um ape-

lo ao ministro Pedro Malan para que tome medidas junto ao BB que levem a Justiça a restaurar a verdade, e a imprensa a desmentir a notícia", concluiu.

Maldaner defende políticas públicas para os idosos

Senador lembra envelhecimento da população brasileira e adverte que questão merece cuidados da sociedade e dos políticos

A implementação de políticas de apoio aos idosos foi defendida ontem pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Em discurso no plenário, ele registrou a realização em Florianópolis do 1º Congresso Latino-Americano e do Caribe sobre Educação e Pesquisa em Gerontologia e do Fórum do Idoso. O congresso é de responsabilidade da Universidade Federal de Santa Catarina, que abriga o Núcleo de Estudos da Terceira Idade.

Maldaner lembrou que o tratamento médico especializado dos idosos e a atenção aos fenômenos do envelhecimento vêm se tornando questões cada vez mais merecedoras dos cuidados da sociedade. Isto se deve principalmente ao aumento da população idosa:

— Hoje não se admite a indiferença, a passividade ou o fatalismo di-



Maldaner: "É necessário preparação para se enfrentar os problemas advindos da idade"

ante da corrosão desnecessária da saúde do idoso, ou da tendência para o isolamento, a inatividade e a de-

pressão — disse o senador.

Segundo Maldaner, é necessário um esforço de preparação para os problemas da idade que deve atingir não só médicos e idosos, mas também outros atores sociais e políticos. Só assim poderão ser construídas políticas de saúde para o idoso que levem em conta diversos aspectos, inclusive os de fundo emocional, que cooperam tremendamente para diminuir o bem-estar dos cidadãos da terceira idade.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) alertou para os problemas que poderão advir da falta de uma cadeira específica de geriatria nas universidades brasileiras. Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que tem aumentado a expectativa de vida, mas também o preconceito contra os mais velhos, em especial no que diz respeito ao emprego.

Viana diz que Acre fará vacinação em massa contra a hepatite B

O senador Tião Viana (PT-AC) anunciou ontem a realização de uma campanha de vacinação em massa contra a hepatite B, no Acre, a partir do dia 14 de agosto. "Vamos vacinar a população inteira, e não apenas de zero a cinco anos, como está sendo feito em outros estados brasileiros, porque a doença representa um grave problema de saúde pública no estado, com crianças de dez, 12 anos morrendo de cirrose hepática, ou câncer, em decorrência da hepatite B", afirmou.

Segundo Tião Viana, será uma verdadeira "operação de guerra", com a participação ativa do Ministério da Saúde e dos comandos da Aeronáutica e do Exército, ao lado do governo estadual. "A população indígena do estado também será vacinada. E a campanha incluirá vacinação de parte da população contra febre amare-

la, uma vez que países vizinhos de nossa região estão apresentando epidemias da doença."

O senador pelo Acre também manifestou seu entusiasmo com o programa Saúde da Família, que está sendo implantado em 75% dos municípios do estado. "Trata-se de um programa revolucionário, já em operação na Inglaterra e em Cuba, onde consegue resolver 92% dos problemas de saúde, impedindo que os hospitais sejam congestionados." Participam do programa a Universidade de Brasília (UnB) e vários médicos cubanos, segundo o senador.

Em aparte, o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) informou que a UnB e 62 médicos cubanos participam de um programa similar que está sendo implantado no Tocantins. Também em aparte, o senador Eduar-



Preocupação de Tião Viana é que países vizinhos ao Brasil enfrentam epidemias de hepatite

do Suplicy (PT-SP) aplaudiu as iniciativas dos dois estados na saúde, setor que disse considerar estratégico para o bem-estar das populações.

Eduardo pede incentivo para Ferrovia Norte-Sul e hidrovias



Para senador do Tocantins, greve dos caminhoneiros mostrou dependência das rodovias

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) conclamou o governo a priorizar a Ferrovia Norte-Sul e a Hidrovia Araguaia-Tocantins para que o transporte de cargas possa ter uma alternativa no país. "São obras fundamentais para o desenvolvimento de vasta porção do Brasil", disse ele.

A recente greve dos caminhoneiros, afirmou o senador, demonstrou que não é bom para o país ter 60% das cargas transportadas por rodovias. "Não foi por acaso que as nações desenvolvidas adotaram sistemas multimodais que incluem ferrovias, hidrovias e navegação costeira e aérea.

Todos sabem ser o transporte de cargas por rodovias o mais oneroso", explicou.

Ao concluir, Siqueira Campos afirmou que o governo deve privatizar a Ferrovia Norte-Sul para agilizar sua construção. "É melhor do que construir primeiro para privatizar depois, uma vez que o governo dispõe de pouco dinheiro para investir. Será melhor concentrar esforços na viabilização da Hidrovia Araguaia-Tocantins. Essas obras permitirão o escoamento de milhões de toneladas de grãos a preços muito menores do que os do sistema rodoviário, trazendo progresso e desenvolvimento ao interior da nação."



Renan Calheiros, em seu retorno, abraçou o senador Antonio Carlos Magalhães, que presidia a sessão

Calheiros reassume e recebe elogios de ACM

Ao saudar o ex-ministro da Justiça Renan Calheiros (PMDB-AL), que reassumiu ontem sua cadeira no Senado, o presidente da Casa, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse estar contando com a contribuição do senador por Alagoas para "agilizar a tramitação legislativa e

aprovar os projetos de que o Brasil tanto necessita".

Calheiros reassume no lugar de seu suplente, Djalma Falcão (PMDB-AL), por ter deixado o cargo no mês passado. Antonio Carlos elogiou a atuação de Calheiros como "um senador que sempre honrou seu mandato".

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — Especial Unip — Assunto: Pílula pós-coital
6h55 — Senado em Pauta
7h — Saúde Todo Dia — Atividade: Ciclismo
7h30 — Especial Unip — Assunto: Pílula pós-coital
7h55 — Senado em Pauta
8h — Jornal do Senado
8h25 — Senado em Pauta
8h30 — Entrevista com o senador Bernardo Cabral sobre internacionalização da Amazônia
8h55 — Senado em Pauta
9h — Debate sobre as rodovias brasileiras
9h55 — Senado em Pauta
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
12h30 — Entrevista com o senador Bernardo Cabral
12h55 — Senado em Pauta
13h — Cores do Brasil — Em destaque, Rio Grande do Norte
13h30 — Debate sobre as rodovias brasileiras
14h30 — Sessão Plenária (representação)
18h30 — Entrevista com o senador Bernardo Cabral
19h — Cores do Brasil — Em destaque, Diamantina
19h30 — Debate sobre as rodovias brasileiras

20h30 — Entrevista com o senador Bernardo Cabral
21h — Jornal do Senado
21h25 — Senado em Pauta
21h30 — Debate sobre as rodovias brasileiras
22h30 — Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — "A Voz do Brasil"
Em seguida — Música e informação
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida — Música e informação.
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida — Música e informação
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida — Música e informação

Roberto Saturnino aponta perigo na crise que abala América Latina

Preocupado com aumento da criminalidade e da miséria no Brasil, senador vê riscos também nos problemas enfrentados por países vizinhos, como Colômbia, Argentina, Chile e Peru



Para Roberto Saturnino, na raiz da criminalidade está a perda de valores humanísticos

A guerrilha na Colômbia, a crise econômica na Argentina, a crise social no Chile, o fracasso de Fujimori no Peru e o aumento da criminalidade e da miséria no Brasil foram apontados ontem pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) como indícios de perigo num futuro próximo para a América Latina, especialmente para o Brasil. “Basta olharmos para a América do Sul para constataremos a gravidade da situação”, alertou o senador.

Saturnino criticou a política econômica neoliberal do governo, que “privilegia o mercado e mergulha de cabeça na globalização, depreciando

o planejamento de políticas públicas e desprezando aspectos sociais”. Para o senador, está próximo o momento de uma intervenção armada dos Estados Unidos na Colômbia para deter o avanço da guerrilha socialista. “E o que vai fazer o Brasil? E depois da Colômbia, para onde a polícia do mundo irá?”, questionou Saturnino.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou o aumento da violência e da criminalidade no Brasil. O senador disse que as greves têm diminuído muito ao longo do governo Fernando Henrique e que industriais e empresários têm comemorado o fato.

Suplicy, no entanto, avaliou que essa diminuição no número de greves também mostra o outro lado da moeda, o do desemprego brutal.

Para Saturnino, a associação entre pobreza e criminalidade é feita de maneira superficial. Na raiz da criminalidade, de acordo com ele, está a falta de justiça e a perda de valores humanísticos tradicionais geradas por um modelo econômico no qual o que conta é a eficiência na produção, e não na distribuição. Saturnino acredita que é preciso uma mudança profunda na política governamental para voltá-la aos interesses do povo.



Lúcio Alcântara destacou o empenho de Tasso Jereissati em reativar a produção de algodão

Alcântara apóia reativação do setor algodoeiro

O início da colheita de algodão no interior do Ceará foi comemorado ontem pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que destacou o empenho do governador Tasso Jereissati em reativar o setor no estado. O senador lembrou que, devido ao baixo preço do algodão importado e ao prazo de um ano dado pelos produtores internacionais para o pagamento, a produção de algodão no Ceará chegou a zero.

Alcântara destacou o papel da Embrapa e do governo estadual no desenvolvimento de uma espécie plenamente adaptada ao clima e ao solo da região, assim como o acordo firmado entre produtores e industriais que possibilitou definir preços e prazos competitivos com o produto importado.

PÓLO

Em aparte, o senador José Alencar (PMDB-MG) festejou a notícia e lembrou que o Ceará já foi o maior produtor nacional de algodão, o que levou à instalação de um grande pólo têxtil naquela região. O senador também destacou o trabalho de desenvolvimento de uma semente adaptada às condições locais e a produção em outros estados, como Mato Grosso, onde serão produzidas 200 mil toneladas este ano.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) lembrou que o Paraná já teve 500 mil hectares plantados com algodão, dos quais restam hoje apenas 50 mil. Osmar Dias disse que indústrias têxteis que utilizavam o algodão produzido no Paraná estão importando fibras sintéticas. O senador ressaltou ainda que o setor é um grande gerador de empregos porque tem a cadeia mais extensa de produção.

O senador Luiz Pontes (PSDB-CE) também comemorou a retomada da produção de algodão, que chamou de “ouro branco”. Pontes destacou a parceria entre órgãos federais e estaduais para o desenvolvimento de sementes apropriadas e com bom rendimento. O senador registrou a reabertura de usinas de beneficiamento de algodão no estado e solicitou maior incentivo do governo federal para o setor.

Lauro Campos culpa “capital selvagem”

A crise que atinge o mundo e o Brasil hoje é decorrente do excesso de capital selvagem, alertou ontem o senador Lauro Campos (PT-DF). “Não conseguimos enxergar essa verdade porque não abrimos nossas mentes”, observou. Ele lamentou que a partir da década de 50 as universidades retiraram de seu currículo o estudo da crise capitalista, optando por estudar o desenvolvimento econômico. Segundo Lauro, que tem mais de 50 anos de magistério, esse programa não

permite que as pessoas tenham uma visão acertada da conjuntura.

O senador fez um retrospecto das várias crises do capitalismo e ressaltou que para estudar corretamente esse assunto deve-se retomar Karl Marx. Sem isso,

acrescentou, “não teremos condições de compreender outras alternativas econômicas”.

Lauro Campos, em sua análise, aproveitou para criticar o livro *Escravidão e Capitalismo*, do sociólogo e hoje presidente da República Fernando Henrique Cardoso, no qual o autor afirma que o Brasil optou pelo fim da escravidão porque seu custo era maior do que manter salários. Segundo o senador, na prática o presidente estaria provando a sua tese de que realmente é possível reduzir o custo de produção da força de trabalho abaixo do custo de produção do trabalho escravo.

Suplicy compara ideais de Luther King aos do MST

A luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, comandada na década de 60 pelo líder negro Martin Luther King, guarda semelhanças com a história do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). A opinião é do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que traduziu para o MST o discurso proferido por Luther King em agosto de 1963, por ocasião da Marcha sobre Washington pelos Direitos Civis.

— Acredito que esta oração tem a ver com os ideais, os métodos e a história do movimento em sua luta para que seja realizada a reforma agrária e para que haja justiça no campo e para todos os brasileiros — comentou o senador paulista.

Suplicy comparou a marcha sobre Washington à caminhada dos sem-terra até Brasília, concluída em 17 de abril de 1997. “A marcha liderada por Luther King teve grandes efeitos posi-



Eduardo Suplicy comparou a marcha dos sem-terra à luta pelos direitos civis nos EUA

tivos, pois pouco depois o Congresso norte-americano aprovou a Lei de Direitos Civis. Da mesma maneira, quando o MST organizou a Marcha sobre Brasília, para lutar pela reforma agrária, e tendo em vista o seu caráter pacífico, o movimento ganhou grande

Marina elogia decisão sobre transgênicos

Como líder do Bloco Oposição, a senadora Marina Silva (PT-AC) elogiou ontem decisão da União Européia de estabelecer prazo de três anos para a realização de estudos sobre a produção transgênica, com o objetivo de verificar a ocorrência ou não de malefícios à saúde. A senadora disse que esse fato vem reforçar sua posição no sentido de que as autoridades tenham prudência em relação aos produtos geneticamente modificados.

Marina Silva lembrou que durante os debates realizados no Senado, por iniciativa do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), a comunidade européia já estava por instituir uma moratória relativa à entrada de produtos transgênicos em seus pa-



Marina afirma que decisão da Europa reforça sua defesa da moratória para os transgênicos

íses. Naquela ocasião, a senadora alertou que “não seria inteligente da parte do país” partir para a produção de soja transgênica, quando haveria um mercado potencial para consumir soja não modificada geneticamente. Ela

completou que os principais produtores de transgênicos são Estados Unidos, Canadá e Argentina, restando ao Brasil ocupar espaço no mercado de outra forma.

MORATÓRIA

Para a senadora, a medida adotada pela comunidade européia coloca a discussão na ordem do dia e reforça a necessidade de indicação de um relator para projeto de sua autoria, que tramita na Casa, propondo a moratória para os produtos transgênicos, para que o Congresso possa dar uma resposta a esse tema. Marina disse acreditar que hoje há uma nova realidade que vai permitir um debate sereno sobre a questão, beneficiando o setor produtivo e os ambientalistas.